



“Mulheres do Brasil” ou terroristas?

As muitas representações da mulher durante a Ditadura Militar (1964-1985).

Ayssa Yamaguti Norek¹

Recebido em: 30/08/2019

Aprovado em: 04/11/2019

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo propor uma discussão sobre mulheres, militância e crime durante a Ditadura Militar brasileira. Dessa forma, pretende-se abordar como as mulheres eram encaradas pelo próprio regime militar, com base em papéis sociais bem definidos e num discurso moral que atuava fortemente sobre a sociedade; como elas eram enquadradas dentro da militância, a partir de uma discussão que tem como pano de fundo a perspectiva dos militares e a masculinidade da militância; e por elas mesmas, levando em conta os movimentos de mulheres que se formaram no período. O objetivo, portanto, se centra em traçar um panorama sobre a atuação dessas mulheres a partir de fontes e uma bibliografia atual que versa, sobretudo, sobre a categoria “gênero”.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Mulher. Gênero.

“Women of Brazil” or terrorists? The many representations of women during the Military Dictatorship (1964-1985)

ABSTRACT

This paper aims to propose a discussion about women, militancy and crime during the Brazilian Military Dictatorship. Thus, we intend to discuss how women were viewed by the military regime itself, based on well-defined social roles and a moral discourse that acted strongly on society; how they were framed within militancy from a discussion based on the military's perspective and the masculinity of militancy; and by themselves, based on the movements of women which were formed in the that period. The goal, therefore, focuses on drawing an overview of the performance of these women from sources and a current bibliography that deals mainly with the category “gender”.

Keywords: Military Dictatorship. Women. Gender.

¹ Licenciada em História e Bacharel em Ciências Sociais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio). *Visiting Research Fellow* na Brown University no primeiro semestre de 2019. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, bolsista CNPq, e-mail: ayssanorek@hotmail.com, lattes: <http://lattes.cnpq.br/0225972723213456>.



1 INTRODUÇÃO

Como já nos alertou Perrot (2017), a história vem sendo escrita sob um ponto de vista masculino que se desenvolve a partir de materiais que “são monopólios de homens que têm o monopólio do texto e da coisa públicos” (PERROT, 2017, p. 197). Nesse sentido, a história das mulheres foi há muito relegada a um ponto de partida que se baseia, principalmente, na condição de subalternidade deste grupo. Como então contar uma história das mulheres que não seja permeada por esse olhar totalizante masculino?

Se pensarmos na figura das militantes que se insurgiram contra a Ditadura Militar entre os anos de 1964 e 1985, o ponto aqui levantado continua o mesmo: ainda hoje podemos perceber na historiografia uma lacuna no que diz respeito a sua história. Alguns trabalhos vêm sendo produzidos para preenchê-la, mas ainda assim existe uma predominância de trabalhos que versam sobre o universo masculino e que partem de uma perspectiva masculina.

Isso nos remete a própria forma como as mulheres eram encaradas neste período. Antes, contudo, é necessário apresentar que estamos tratando aqui de um momento em que não só o Brasil, mas a América Latina como um todo, estava vivendo regimes autoritários e ditatoriais que alteraram completamente o curso da história da região. No Brasil, o período conhecido como Ditadura Militar teve início em 1964 após um golpe civil-militar que destituiu o presidente civil João Goulart e abriu espaço para 21 anos de governo militar comandado por generais do Exército.

A emergência do golpe tinha como objetivo principal lidar com uma dita ameaça comunista que assolava o país, sendo este orquestrado pelas altas cúpulas militares em conjunção com grandes empresários, uma parcela expressiva da população civil, e alguns outros setores, todos permanentemente atentos e “em guarda contra o perigo vermelho”. Neste início, a Ditadura Militar se estruturou em torno do combate a denominadores genéricos, como subversão, comunismo, corrupção e populismo que, aos olhos dos agentes acima citados, poderiam levar o Brasil à desordem e ao caos (REIS FILHO, 2000, p. 13); visando colocar o país em ordem através do combate à inflação e da garantia de desenvolvimento (CASTRO; D’ARAÚJO, 1997, p. 13).

Esse período foi responsável por perpetrar inúmeros abusos, dentre eles mortes, desaparecimentos, prisões e torturas, que tinham como objetivo conter uma dita ameaça comunista que se espalhava pelo país. Dentro dessa lógica de limpeza interna e, conseqüentemente, de garantia da segurança nacional, deu-se início a uma espécie de caça às bruxas que tinha como fim expurgar os “comunistas” do aparelho do Estado, da cidade e do



campo, e de todo o território nacional brasileiro. A estrutura repressiva montada, com base em órgãos já existentes como a polícia civil e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e órgãos criados especialmente para atuar em conjunto com estes, como o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), por exemplo, tornou-se a responsável por realizar as prisões, torturas, desaparecimentos e mortes por parte do Estado brasileiro.

Diante deste cenário, não é de se estranhar que uma parcela da população brasileira se movimentasse para fazer oposição ao regime implantado e, de forma mais drástica, pôr a baixo a estrutura gerida pelos militares. Desde 1964, portanto, grupos de esquerda foram se organizando com esse objetivo e, no fim da década, muitos acabaram aderindo à luta armada. Eram nesses grupos que as mulheres que serão aqui estudadas atuavam, na maior parte das vezes em postos que não eram de liderança. O número minoritário de mulheres em postos de liderança das organizações de esquerda tinha a ver, frequentemente, com a forma como a sociedade brasileira se estruturava no momento.

O que mostraremos nos próximos itens é como a subversão das mulheres ia além do ambiente político *per se*, visto que este, antes de tudo, não era seu por direito; ou seja, veremos como essas mulheres transgrediam, e muito, o papel de gênero que deveriam exercer.

2 MULHERES, GÊNERO E MILITÂNCIA

Quando falamos de gênero, temos como pressuposto a categorização de Joan Scott (1986) que compreende o conceito como papéis sociais atribuídos aos sexos, isto é, como uma categoria analítica de ideias e ideais de feminilidade e masculinidade que não é fixa, mas sim fluida, se adequando à época e à sociedade estudada. O gênero é, dentro desta perspectiva, construído socialmente como uma das primeiras formas de dar significado às relações de poder a partir das diferenças que são percebidas entre os sexos. Sendo os papéis sociais atribuídos aos sexos, isto é, socialmente construídos e culturalmente definidos, percebemos que deste processo decorre uma desigualdade de *status* entre estes. A mulher, neste caso, ocupa uma posição diferente e inferior em relação ao homem; mesmo que seja o elemento de coesão e ordenação social que investe poder, ela não o detém (FERREIRA, 1996, p. 52-53). Adicionado a isso, a mulher tem sua posição marcada dentro do espaço social através do binômio público/privado, voltada ao mundo do particular e do doméstico e definida como mãe, esposa e irmã, enquanto o homem ocupa o outro lado, o domínio público, sendo definido em categoria de *status* como governante, entre outros.



Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, assim como Scott (1986) e Federici (2017) propõem, a utilização do conceito de gênero e do campo de história das mulheres como pano-de-fundo do presente artigo não é limitadora. A perspectiva adotada aqui parte do pressuposto de não apartar a história das mulheres de uma outra considerada geral, pois proponho a primeira em conjunto com toda a última, que a engloba em seu campo de tensões e inter-relações, procurando mudar o centro de perspectiva masculino das narrativas que – ainda hoje – concebem-se como oficiais. Dessa forma, seguindo a linha de Scott (1986), procuramos compreender a natureza vinculada do gênero e da sociedade, de forma que as significações de gênero e de poder se construam reciprocamente. Além disso, pressupomos que “essa história não pode ser escrita do ponto de vista de um sujeito universal, abstrato, assexuado” (FEDERICI, 2017, p. 36) como vem sendo escrita ao longo do tempo; pelo contrário, tem que ser levado em conta que existem outros sujeitos que dela fazem parte, como as mulheres.

Nesse sentido, a dicotomia do masculino/feminino e a sua hierarquização constitui uma relação de poder. Utilizar gênero, portanto, é compreender que não existem referenciais fixos ou pré-definidos sobre “homens” e “mulheres”, mas que suas definições são estabelecidas de acordo com o *contexto* e com a *situação* em que estão sendo utilizados. Ademais, gênero pressupõe que “homens” e “mulheres”, assim como “masculinidade” e “feminilidade” são ideais estabelecidos na sociedade que regulam as ações humanas, e as diferenças percebidas entre eles são apresentadas “a partir de uma norma presumida (e muitas vezes não explicitada)” (SCOTT, 1998, p. 298). Por último, é importante ressaltar a forma como o “gênero sublinha o aspecto relacional entre homens e mulheres, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado” (SOIHET, 1997, p. 101).

Retornando ao ponto deste artigo, segundo Alvarez (1990), o machismo difundido na sociedade brasileira da época era sancionado pelo Estado e santificado pela Igreja. No restante da América Latina não era diferente, visto que as ditaduras militares difundidas na região se baseavam na manipulação de valores familiares e no reforço da concepção de “esfera própria” das mulheres. A ameaça comunista, neste sentido, não era apenas um perigo à segurança nacional brasileira, mas também à família tradicional que historicamente estava no centro das relações de poder.

Os homens que encenaram o golpe de direita brasileiro de abril de 1964, por exemplo, recorreram às mulheres e ao simbolismo da família para amenizar e



justificar sua apreensão ilegal do poder do Estado. Apelando para o compromisso “inato” das mulheres com a família, a moralidade e a ordem social, a Direita Brasileira ordenou às “mulheres do Brasil” que se organizassem contra o governo democraticamente eleito de João Goulart [tradução nossa] (ALVAREZ, 1990, p. 5).

Ao lado disso, as mulheres conservadoras de classe-média integrantes dos movimentos CAMDE, LIMDE e MAF², conhecidas como “mulheres do Brasil”, pediam que os militares cumprissem seus “deveres de homens” para restaurar a ordem e a estabilidade da nação.

Mas essas pretensas heroínas logo recuaram da cena política. Quando a nova coalizão dominante distribuiu o poder político, as mulheres de CAMDE, LIMDE e MAF foram ignoradas – enviadas de volta à cozinha. No entanto, o estoque tradicional de imagens femininas e toda a gama de “valores morais, cristãos e familiares” que serviram de base para a mobilização de mulheres da direita contra Goulart não foram abandonadas pelos novos governantes militares e, de fato, tornaram-se as bases para a ideologia de gênero do novo regime autoritário. De fato, os golpistas brasileiros estabeleceram um novo padrão modal para a política reacionária de gênero no Cone Sul [tradução nossa] (ALVAREZ, 1990, p. 6).

A ideia de *moralidade* e ideia de *família* eram, portanto, chaves importantes para o funcionamento do regime, fato que só endurecia o local que a mulher deveria ocupar na sociedade. Desde a década de 1950, a família urbana havia se tornado o protótipo universal a ser seguido, tendo como epicentro o relacionamento doméstico e a tríade pai-mãe-progenitura (MORAES, 2003, p. 497). Mesmo que ao lado disso estivessem ocorrendo transformações urbanas que contribuíam para a diminuição das distâncias entre homens e mulheres, a tradição bem delimitada das relações de gênero através da diferenciação entre o papel do homem e o papel da mulher a partir das diferenças observadas entre os sexos, ainda era vigente na sociedade. Havia, ainda, “a valorização da castidade para a mulher e a moral sexual diferenciada para homens e mulheres” (PINSKY, 2014, p. 18). Nesse sentido, a mulher deveria desempenhar seu papel voltado ao lar e à procriação, de forma a ajudar a construir a família conjugal – sendo mãe e esposa, ao lado da figura de autoridade do marido. A mulher nada mais era, nesse sentido, do que a “rainha do lar”.

Ao mesmo tempo em que essa estrutura se mantinha e era defendida pelos grupos conservadores que tomavam as ruas do país na década de 1960 para defender o Brasil do fantasma do comunismo e para reafirmar valores conservadores baseados nos “valores morais”, chegava ao território nacional a pílula anticoncepcional e a minissaia, possibilitando uma nova forma das mulheres encararem o mundo.

² Estas siglas referem-se aos movimentos Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE) e Movimento de Arregimentação Feminina (MAF).



A liberação das mulheres, proporcionada pela pílula, é acompanhada de revisões comportamentais. O casamento é questionado e a moda acompanha aos novos tempos. A geração criada sob rígidas condições de repressão sexual inventa a minissaia e o biquíni. Para alguns é a expressão direta da liberdade emergente (COLLING, 2015, p. 375).

Nos anos 1970 essas discussões apenas tornaram-se mais radicais, a partir do desenvolvimento do movimento feminista e da centralidade da discussão da relação homem-mulher. Nessa reviravolta, 1975 é considerado um ano ímpar das discussões sobre mulheres e feminismo, sendo muito influenciado pela decretação deste como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tal qual Virginia Woolf disse em um discurso proferido em 1931 e publicado no livro “Profissões para Mulheres”, as mulheres começaram o processo de matar o seu “anjo do lar”, isto é, o fantasma feminino e de feminilidade que cada mulher carrega consigo. As mulheres militantes não fizeram muito diferente ao se insurgirem enquanto agentes políticos numa época em que a política ainda era majoritariamente, se não exclusivamente, vinculada aos homens.

Essa decisão de ultrapassar os muros da casa e adentrar a vida política, masculina por natureza, fez com que estas mulheres fossem acusadas paralelamente de “terroristas” e “mulheres” pelos agentes da Ditadura Militar. “Mulheres” passou a ser uma acusação justamente porque o ideal de mulher, socialmente construído e culturalmente definido, seguido pelo regime militar, era descumprido pelas mulheres que eles passaram a combater. Essas duas categorias de acusação eram, para a repressão, uma combinação infame (ROSA, 2013, p. 59). Por isso, recorria-se com frequência à figura socialmente construída da mulher.

A relação entre mulher e política tem sido tema tabu na sociedade brasileira. O lugar do homem é no comando do mundo político, à mulher resta o privado, onde muitas vezes o homem também comanda. Invadir o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas organizações de esquerda, clandestinas para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar. Ousaram participar da política, espaço que marca a diferença e a exclusão (COLLING, 1997, p. 7).

Indo além, o que observamos, no desenrolar da história, é que desde a Antiguidade Clássica, a voz das mulheres não era – e não deveria – ser ouvida em âmbito público. Era papel do homem controlar o pronunciamento público e silenciar o sexo feminino. “Discurso” era “coisa de homem” e o agir político, o *devir* político, era para os homens. Nesse sentido, o discurso público nada mais era do que o *locus* político por natureza. Sobre isso Mary Beard (2018) reflete:



Essa “mudez” não é apenas um reflexo do esvaziamento geral do poder feminino em todo o mundo clássico. (...) Mas estamos lidando com uma exclusão muito mais ativa e intensa das mulheres do discurso público. (...) O que quero dizer é que o discurso público e a oratória não eram apenas coisas que as mulheres antigas não faziam: eram práticas e habilidades que definiam a masculinidade como gênero. Como vimos com Telêmaco, tornar-se homem (ou pelo menos um homem de elite) era reivindicar o direito de falar. Discursar publicamente era uma – se não a – característica que definia a masculinidade. Ou, para citar um famoso chavão romano, o cidadão masculino da elite poderia ser sintetizado como *vir bonus discendi peritus*, “homem de bem, perito na fala”. Na maioria das circunstâncias, uma mulher que falasse em público não era, por definição, uma mulher (BEARD, 2018, p. 28-29).

É importante lembrar ainda que não era somente no âmbito político que as mulheres estavam se incluindo naquele momento. Com a ampliação do número de vagas nas universidades e a ascensão dos setores médios da sociedade após o dito “milagre econômico” da década de 1970, as mulheres – e aqui fazemos uma recorte claro de classe, falando, portanto, de classe média – conseguiram entrar cada vez mais no mercado de trabalho, passaram a integrar em maior peso as turmas das universidades e começaram a organizar movimentos de rupturas de regras morais, como o feminismo. Eram essas mulheres pertencentes aos setores médios que representavam, como vimos, o compasso moral da sociedade. Estando nesta posição, a sua participação na militância contra a Ditadura Militar e as proscricções de gênero tornaram-se ameaças reais contra a “ordem social” que se procurava manter (LANGLAND, 2013, p. 176).

A participação na militância, contudo, não estava acima do recorte machista e patriarcal da sociedade. Segundo Teles (2014), as mulheres adentraram o campo da resistência política, armada ou não, por vontade e autonomia própria e “enfrentaram o machismo da esquerda, seja na luta armada, nas greves operárias ou nos movimentos populares nas periferias e nas áreas rurais. Enfrentaram a truculência de cunho patriarcal e racista da repressão política” (TELES, 2014, p. 14). As mulheres tinham que lidar, portanto, com os dois lados do sistema machista e patriarcal da sociedade: o lado extremamente rígido e baseado em “regras morais” dos militares e o lado da militância que, de alguma forma, também se pautava em certos valores que circulavam na sociedade da época.

Do lado do regime militar, as mulheres frequentemente caíam em certos estereótipos muito específicos, a depender do olhar do agente da repressão. Na sala de tortura, a mulher era encarada como pecadora. Segundo Jessie Jane³, em entrevista concedida à Samantha Quadrat e João Bôscio Hora, “na polícia tem essa coisa do fetiche da mulher como pecadora. É

³ Jessie Jane Vieira de Souza militava pela Aliança Nacional Libertadora (ALN) na época.



a coisa da Eva. (...) Para eles nós éramos as “putas”. (...) E nós éramos as “putas terroristas” (QUADRAT, GÓIS, 2008, p. 29). Essa construção da mulher como “pecadora” por ter se envolvido num campo antes só dominado por homens e que, aos olhos da repressão deveria ser só dominado por homens que tinham um certo tipo de mentalidade, acabou levando também a um aprofundamento do olhar dicotômico que eles tinham pelas mulheres. Os discursos ressaltavam, então, características masculinas, ou que colocavam a mulher em posições específicas da hierarquia de gênero, como “putas” ou “ordinárias”. Segundo Dulce Maia⁴, na época militante da VPR:

(...) Eles tiveram muito ódio de mim porque **diziam que eu era macho de aguentar**. Perguntavam quem era meu professor de ioga, porque, como eu estava aguentando muito a tortura, na cabeça deles eu devia fazer ioga. **Me tratavam de ‘puta’, ‘ordinária’.** **Me tratavam como uma pessoa completamente desumana.** Eu também os enfrentei muito. Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. Eu me sentia fortalecida com isso, me achava com a moral mais alta (MERLINO & OJEDA, 2010, p. 70, *grifos nossos*).

Aguentar a tortura, naqueles termos, era ser “macho”, ao mesmo tempo em que estar naquela posição significava ser taxada de “puta” e “ordinária”; e a desumanização, aspecto fundamental da tortura, completava a linha repressiva. Resistir naquelas circunstâncias, como Dulce Maia fez, não era algo bem visto aos olhos dos torturadores. Se a mulher fosse capaz de resistir, ela era imediatamente comparada a um homem, quando não era chamada de “fria” ou “fera” por aguentar as graves violações as quais foi submetida. Esse foi o caso de Hecilda Fontelles Veiga⁵:

Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso, **ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos.** Todos queriam ver **quem era a ‘fera’ que estava ali** (MERLINO & OJEDA, 2010, p. 76, *grifos nossos*).

Seguindo essa linha de pensamento, as representações das mulheres na mídia não fugiam ao mesmo padrão. Os atributos físicos eram exacerbados e procurava-se sempre uma forma de relacioná-las a certas ideias e padrões. Nesse sentido, muitas mulheres foram chamadas de “loura dos assaltos” ou “terrorista loura” pelos jornais, como foi o caso de Ana Burzstyn-Miranda, da ALN, e Renata Guerra de Andrade, da VPR. Era só elas colocarem

⁴ Dulce Maia pertencia à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) na época.

⁵ Hecilda Fontelles Veiga era militante da ação Popular (AP) na época.



uma peruca loira e fazerem ações de assalto à banco, como era comum nas organizações de luta armada, que podiam ser classificadas, quase que naturalmente, como “loura dos assaltos”.

Essa figura era exaltada com tanta naturalidade que a descrição das mulheres nas revistas se centrava nas suas características físicas e na cor loira de seus cabelos. A revista *Veja* de 27 de novembro de 1968, recai nos mesmos padrões físicos em sua descrição de Catarina Helena Xavier da ALN:

As formas e as medidas, as covinhas e as pernas de uma loura nunca vista estão sendo permanentemente analisadas com rigor pelos investigadores de uma delegacia de subúrbio. Em Marechal Hermes, no Rio de Janeiro, os policiais já chegaram à conclusão de que a moça Sílvia, procurada como ajudante de Carlos Marighella em assaltos a bancos, tem “pernas roliças” e “braços lisos”, é alta e “muito bacana” (MAKLOUF, 1998, p. 35).

Outras representações iam ainda mais à fundo na questão de gênero, como foi o caso de Vera Silvia Magalhães, militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), que foi desmoralizada pela imprensa diante do mesmo atributo físico: “a terrível mulher loura” ou “loura 90”, o que mais uma vez demonstra que uma mulher recaía sempre no papel de terrível, implacável, fria. Segundo depoimento de Vera Silvia Magalhães veiculado por Telles e Leite (2013), o fato dela ser mulher a tornava menos suspeita para uma ação de grande porte como o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. A sociedade brasileira da época não esperava que uma mulher estivesse presente numa ação armada como aquela.

A mulher dentro dessas representações era um ser *desviante*, aquela que ousou sair do espaço que lhe era destinado “por natureza”, o ambiente do lar. Logo,

A primeira medida que a polícia da repressão utiliza para tentar desqualificar a militante política é desmerecê-la em sua vontade própria, como um ser pensante que toma atitudes políticas. O passo seguinte, para a caracterização da mulher como um sujeito político desviante, é acusá-la de viver na promiscuidade (COLLING, 2015, p. 378).

Um último ponto a ser ressaltado é a visão que os militares tinham dos papéis diferentes que as mulheres e os homens deveriam exercer. Os homens eram, aos olhos deles, os dirigentes, ou pelo menos aqueles que comandavam a resistência. Segundo Guida Amaral⁶, ser mulher garantia – ainda em 1968 – a possibilidade, em alguns casos, de falar certas coisas para os militares sem sofrer uma grande represália.

⁶ Margarida Maria do Amaral Lopes, conhecida como Guida Amaral, era militante da Ala Vermelha do Partido Comunista Brasileiro (PBC) na época.



Claro que eu era mulher e podia falar isso também. (...) A margem de manobra de uma mulher na cabeça desses caras é muito maior, mulher não afronta, mulher não dá soco, mulher é diferente; é outra história. Então, criava-se assim um certo desconcerto (LOPES, 2019)⁷.

Por outro lado, é importante lembrar que na militância a especificidade feminina era diluída diante de uma ideia universal de “militante”, palavra que só pode ser diferenciada pelo artigo que a precede. O que acontecia, na maior parte dos casos, era a mulher militante se “negar enquanto mulher” (COLLING, 1997, p. 68) para que assim pudesse ocupar espaços nas organizações que eram historicamente relegados aos homens. Ainda assim, foram poucos os casos em que mulheres se tornaram as chefes das organizações de esquerda, ainda mais de luta armada.

Nesse sentido, lutas específicas como o feminismo e a pauta identitária dos movimentos homossexual e negro se diluíam diante de uma luta “maior”, a da classe operária contra o sistema capitalista; a luta contra a Ditadura (SILVA, 2016, p. 9). Essa mentalidade era responsável, de alguma forma, por “reforçar o poder e o papel dos homens dentro das organizações de esquerda” (COLLING, 2015, p. 380). Segundo Lúcia Murat⁸, “na luta armada a gente perde um pouco da feminilidade: salto alto não combina com assalto” (CARVALHO, 1998, p. 196). A militância era um espaço marcadamente masculino que exigia das mulheres a diluição das suas diferenças. Havia uma *masculinidade revolucionária* que norteava as ações e que era inspirada na figura do Che Guevara e do “novo homem” pregado por ele: forte, viril, dominante e agressivo (SILVA, 2016, p. 10). Diante disso, é possível perceber como as mulheres não se enquadravam nesse ideal.

Por fim, percebemos que existia, em alguns casos, uma certa ideia de proteção das mulheres por parte dos militantes homens, como descreve Jessie Jane brevemente: “depois, no tempo em que estivemos presas tinha, eu não diria preconceito dos presos... nós éramos vistas como “são as meninas”. Nos protegiam e tudo mais, mas muito com esse olhar de “as meninas” (QUADRAT, GÓIS, 2008, p. 29). O homem ainda era, nesse sentido, uma espécie de “macho” que deveria proteger a mulher das malhas da repressão, pautado na ideia de força e até mesmo de superioridade do sexo masculino. Logo, o sentimento do homem militante forte que observava a mulher como “um ser fraco, pode ter sido um empecilho nas organizações de esquerda para a mulher assumir cargos de liderança” (COLLING, 1997, p. 73).

⁷ LOPES, Margarida Maria do Amaral. Entrevista concedida à autora no dia 22 de fevereiro de 2019.

⁸ Lúcia Maria Murat de Vasconcelos era militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) na época.



4 CONCLUSÃO

Com isso, pretendemos mostrar que o discurso presente na sociedade brasileira, baseado em “valores morais” muito rígidos, era extremamente forte em todos os âmbitos da mesma. A repressão apenas utilizava esses valores no seu *modus operandi* e, mesmo dentro das organizações de esquerda, era difícil se dissociar totalmente dos mesmos.

Isso nos mostra como toda a sociedade estava conectada por certos valores que baseavam a ação dos mais diversos grupos. Nesse sentido, percebemos como a categoria *gênero* nos ajuda a entender as relações entre o poder e a sociedade, e principalmente entre homens e mulheres. As mulheres que aqui estudamos eram enquadradas dentro destes mesmos valores, seja aos olhos do regime militar, da militância ou até mesmo delas próprias, fossem elas militantes ou apoiadoras da Ditadura Militar.

Esse breve artigo surgiu dentro da ânsia de compreender a sociedade e os grupos sociais que moldavam a visão das muitas mulheres militantes que, posteriormente, foram encarceradas em presídios de todo o país – estudo este que está sendo levado a cabo pela autora, tendo como escopo o Instituto Penal Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, e o Presídio Tiradentes, em São Paulo – justamente para compreender como a prisão conformava as visões da sociedade que a cerca.

Dessa forma, concluímos o artigo seguindo a linha de Ana Maria Colling (2015),

O discurso da repressão não é um discurso isolado. O mesmo está presente na sociedade; a repressão somente o recolhe e o sistematiza, na tentativa de desmerecê-la e desqualificá-la como sujeito político. A mulher que ousou invadir o espaço político masculino não é bem vista pela sociedade (COLLING, 2015, p. 380).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy In Brazil: women’s movements in politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. 2a ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

BARETTA, Jocyane Ricelly. *Por uma arqueologia feminista da Ditadura no Brasil (1964-1985)*. **Revista de Arqueologia**, Campinas, v. 30, n. 2, pp. 8-34, dez. 2017.



BEARD, Mary. A voz pública das mulheres. In: **Mulheres e Poder: um manifesto**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018, p. 13-54.

CARVALHO, Luis Maklouf. **Mulheres que Foram à Luta Armada**. São Paulo, Globo, 1998.

CAULFIELD, Sueann; SCHETTINI, Cristiana. *Gender and Sexuality in Brazil since Independence*. In: **The Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. New York: Oxford University Press, 2017.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Gênero, Militância e Memória*. In: AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; JAEGER, FERNANDA PIRES; STREY, Marlene Neves (orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2004, p. 45-62.

COLLING, Ana Maria. *50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero*. **OP SIS**, Goiás, v. 15, n. 2, p. 370–383, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

COWAN, Benjamin. **The Secret History of Subversion: Sex, Modernity and the Brazilian National Security State**. PhD dissertation - UCLA, Los Angeles, 2010.

_____. **Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil**. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2016.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1996.

FICO, Carlos. *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.º 47, p. 29-60, jul. 2004.

_____. *Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. O Brasil Republicano, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 167-205.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid et al. **Mulheres e Militância: Encontros e confrontos durante a ditadura militar**. Belo Horizonte: Ed. Humanitas/ UFMG, 2012.

GREEN, James. **“Quem é o macho que quer me matar?”: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970**, 2012, p. 64. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.



LANGLAND, Victoria. **Speaking of Flowers**: student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil. Durham: Duke University Press, 2013.

LAQUEUR, Thomas W. Da linguagem e da carne. *In*: **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, jan. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: dez. 2018.

MATTHEWS, Jill Julius. **Good and Mad Women**: the historical construction of femininity in twentieth-century Australia. Australia: George Allen & Unwin, 1984.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. *In*: NOVAIS, Fernando A (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MERLINO, Tatiana.; OJEDA, I. (Org.). **Direito à memória e à verdade**: luta, substantivo feminino. São Paulo: Caros Amigos; Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Cidadania no Feminino*. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 497.

NOREK, Ayssa Yamaguti. *Clausura e Gênero*: fotografia do debate sobre o encarceramento de presos políticos durante a ditadura militar (1964-1985). **Anais do XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio**: História e Parceria. Rio de Janeiro, 2018. Rio de Janeiro: ANPUH, 2018.

_____. *Uma estação no círculo do inferno*: o olhar de gênero sobre o encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979). Projeto de Mestrado. *In*: **IV Semana Discente do IESP-UERJ**. Rio de Janeiro, 2018. Anais... Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2018.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e Repressão**: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1989a.



_____. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989b.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura Militar: esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

SILVA, Natanael de Freitas. *Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas*. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/64778>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *O protagonismo de mulheres na luta contra a Ditadura Militar*. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/download/173/97>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

QUADRAT, Samantha Viz; GÓIS, João Bôscio Hora. *Militância Política e Gênero na Ditadura Militar: uma entrevista com Jessie Jane Vieira de Souza*. **Gênero**, Niterói, v. 8, n. 2, p. 23-41, 2008.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na Luta Armada: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)**. São Paulo: Alameda, 2018.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, Ditaduras e Memória: “não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SCOTT, Joan W. *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. **The American Historical Review**, vol. 91, no 5, p. 1053-1075, dez. 1986. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1864376>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. *A Invisibilidade da Experiência*. **Proj. História**, São Paulo (16), fev. 1998.

SOIHET, Rachel. *História, mulheres, gênero: contribuições para um debate*. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.



SILVA, Angela Moreira Domingues. **Ditadura e Justiça Militar no Brasil:** a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980). Tese de Doutorado - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

THOMPSON, Paul. *História e Comunidade. In: A Voz do Passado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Entrevista

LOPES, Margarida Maria do Amaral. Entrevista. 22 fev. 2019. Entrevistador: Autora, Providence, 2019.